

Revista Científica Di Fatto, ISSN 2966-4527. Edição 5. Ano: 2025.

Submissão em: 21/01/2025

Aprovação em: 04/08/2025

Publicado em: 04/08/2025

Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/a-educacao-e-a-desigualdade-social-no-brasil-um-estudo-das-influencias-reciprocas/>

A educação e a desigualdade social no Brasil: um estudo das influências recíprocas

Marcio Henrique Francisco de Souza

Possui graduação em Ciências Biológicas e Ambientais pela Fundação Educacional de Além Paraíba (2017). Graduando em História, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduando em Direito, pela Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP). Pós-graduado em Ciências Sociais, em Ciências Políticas, e em Antropologia, pela FANS. Pós-graduando em Arqueologia e Patrimônio, pela Faculdade Fleming de Cerquilho. Pós-graduando em Arquivo: Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, pela Facuminas. Pós-graduando em Ciência Forense e Perícia Criminal, pela FACUVALE. Pós-graduando em Educação especial e Neuropsicopedagogia, em História da Arte, e em Biblioteconomia, pela FANS. Pós-graduando em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, pela UFJF. Mestrando em Arqueologia, pelo Centro Internacional de Pesquisa Integralize Possui Formação em Diversidade E Inclusão Social em Direitos Humanos, pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como auxiliar administrativo na Prefeitura Municipal de Estrela Dalva, como agente no setor de Cultura, Patrimônio Cultural e Turismo. Membro e Gestor do Comitê Técnico da Equidade, do município de Estrela Dalva. Tem experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Meio Ambiente, Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Ecologia e Botânica. Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural do município de Estrela Dalva, Minas Gerais. Presidente do Conselho Municipal de Cultura, do município de Estrela Dalva, Minas Gerais e vice-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Estrela Dalva, Minas Gerais. Atua como pesquisador extensionista no programa intitulado Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, da Universidade Federal de Juiz de Fora, além de atuar como membro colaborador externo do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da mesma Universidade em ações de extensão. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Jovem Brasil), e também atua como membro especialista do Comitê Científico Internacional Para Gestão do Patrimônio Arqueológico. Integra o programa Heritage Adapts to Climate Alliance (Preserving Legacies), o grupo de pesquisa ArchaeoLore Group, e membro da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO). Membro da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Em reconhecimento às contribuições no campo da gestão cultural e preservação de tradições, recebeu o título Honoris Causa em Gestão Cultural, Políticas Patrimoniais, Cultura Popular e Preservação de Tradições. Movido pelo compromisso com o patrimônio cultural, a diversidade e o desenvolvimento sustentável, tenho me dedicado à construção de um legado que valorize a cultura e a história de nossa sociedade, contribuindo para a conscientização e a preservação de nossas riquezas patrimoniais.

Resumo

A educação é frequentemente apontada como um dos principais fatores que podem promover a igualdade social. No entanto, no Brasil, a estrutura educacional muitas vezes reflete e perpetua desigualdades sociais existentes. Este artigo explora as influências recíprocas entre educação e desigualdade social no Brasil, analisando como as políticas educacionais podem tanto mitigar quanto exacerbar essas desigualdades. Utilizando dados de estudos recentes e análises estatísticas, examinamos os efeitos das disparidades regionais, socioeconômicas e raciais no acesso e na

qualidade da educação. Concluímos com sugestões de políticas para promover uma educação mais equitativa. O texto explora como a educação no Brasil influencia e é influenciada pela desigualdade social. Destaca as barreiras econômicas ao acesso, a disparidade na qualidade do ensino e o impacto da educação na mobilidade social. Também enfatiza a importância de políticas educacionais equitativas para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-Chave: Educação, Desigualdade, Brasil, Influências, Equidade

Abstract

Education is often pointed out as one of the main factors that can promote social equality. However, in Brazil, the educational structure often reflects and perpetuates existing social inequalities. This article explores the reciprocal influences between education and social inequality in Brazil, analyzing how education policies can both mitigate and exacerbate these inequalities. Using data from recent studies and statistical analyses, we examine the effects of regional, socioeconomic, and racial disparities on access to and quality of education. We conclude with policy suggestions to promote more equitable education. The text explores how education in Brazil influences and is influenced by social inequality. It highlights the economic barriers to access, the disparity in the quality of education, and the impact of education on social mobility. It also emphasizes the importance of equitable educational policies to promote a more just and equitable society.

Keywords: Education, Inequality, Brazil, Influences, Equity

INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Brasil é um tema complexo e multifacetado, profundamente enraizado na história e na estrutura socioeconômica do país. A educação, por sua vez, é frequentemente vista como um dos principais instrumentos para promover a igualdade de oportunidades e reduzir disparidades sociais. Este artigo tem como objetivo explorar as influências recíprocas entre a educação e a desigualdade social no Brasil, examinando como esses dois fenômenos interagem e se reforçam mutuamente.

O estudo inicia com uma análise histórica do sistema educacional brasileiro, destacando as principais reformas e políticas implementadas ao longo dos anos. A herança colonial, as influências externas e as mudanças políticas internas são consideradas fatores-chave na configuração atual do sistema educacional.

De um lado, a compreensão mecanicista da História, que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, e de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico. Nem somos, mulheres e homens, seres simplesmente determinados nem tampouco livres de condicionamentos genéticos, culturais, sociais, históricos, de classe, de gênero, que nos marcam e a que nos achamos referidos. (FREIRE,1996)

Uma das principais abordagens do artigo é a desigualdade de acesso à educação de qualidade. Discutimos como a distribuição desigual de recursos educacionais, infraestrutura, e

qualificação de professores afeta diferentes regiões e grupos sociais. As disparidades entre escolas urbanas e rurais, públicas e privadas, são abordadas para ilustrar essas diferenças. Segundo os interesses dominantes, a educação deve ser uma ferramenta para manter a estabilidade e ocultar certas verdades. No entanto, em momentos específicos, a educação adotada pelo poder vigente pode parecer progressista, embora de forma limitada. “As forças dominantes promovem e implementam avanços técnicos, desde que sejam compreendidos e, na medida do possível, realizados de maneira imparcial.” (FREIRE,1996)

A relação entre o nível socioeconômico das famílias e o desempenho educacional dos alunos é examinada. Este segmento do estudo investiga como a pobreza, a falta de recursos e o ambiente familiar impactam o acesso à educação e o sucesso acadêmico, perpetuando ciclos de desigualdade. E face a esses paradigmas, o Observatório da Educação, Ensino Médio e Gestão, do Instituto Unibanco revela que,

A falta de condições mínimas e dignas de sobrevivência representa uma primeira camada urgente e essencial que impacta diretamente outros direitos, como a educação, e perpetua o ciclo de desigualdades, uma vez que os domicílios mais atingidos pela pobreza e a insegurança alimentar são aqueles em que os responsáveis têm poucos anos de estudo. Ou seja, esse é um cenário que se reproduz de forma cíclica. É nesse contexto que a garantia do direito à educação e, mais do que isso, as políticas públicas que tenham como foco a diminuição das desigualdades que interferem no sucesso escolar, ganham ainda mais relevância. (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, INSTITUTO UNIBANCO)

O artigo analisa as políticas públicas destinadas a combater a desigualdade educacional, como programas de bolsa de estudo, cotas em universidades e investimentos em educação básica. A eficácia dessas políticas é avaliada com base em estudos empíricos e estatísticas recentes. Uma discussão sobre como a educação pode servir como um meio de mobilidade social ascendente. Exemplos de sucesso e estudos de caso são apresentados para demonstrar como a educação pode transformar a vida de indivíduos e comunidades, apesar das adversidades. “A delimitação das relações entre desigualdade e crescimento e a identificação de canais pelos quais uma venha a afetar o outro são, portanto, desafios persistentes para a teoria econômica.” (LINS et all, 2005)

Por fim, o artigo aborda os desafios persistentes e as perspectivas futuras para a educação no Brasil. Questões como a digitalização da educação, a formação contínua de professores e a inclusão de grupos marginalizados são discutidas como áreas críticas para o desenvolvimento de um sistema educacional mais equitativo. Este estudo pretende fornecer uma visão abrangente das interações entre educação e desigualdade social no Brasil, oferecendo compreensões valiosas para formuladores de políticas, educadores e pesquisadores interessados em promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MOBILIDADE SOCIAL

A educação desempenha um papel crucial na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. No Brasil, contudo, a realidade educacional revela profundas desigualdades que muitas vezes refletem as disparidades socioeconômicas e raciais existentes. Este estudo visa compreender como essas desigualdades afetam o sistema educacional e, em contrapartida, como a educação pode influenciar a distribuição de oportunidades e recursos na sociedade brasileira. Alguns apontamentos reforçam essa narrativa, entre eles Lins et al, 2005, que em seu trabalho dispõe que,

sendo o ensino provido pelo Estado, mas a decisão de estudo ou consumo tomada pelos agentes, o problema será construído como um jogo de dois estágios. No primeiro período, o Estado decide qual será a taxa de imposto sobre o capital e a parcela do capital alocada à educação. No segundo período, os agentes, idênticos, observam a decisão do Estado e decidem sua alocação de consumo e de estudo. (LINS et al, 2005)

Para analisar a relação entre educação e desigualdade social no Brasil, utilizamos uma abordagem mista que combina análise quantitativa e qualitativa. Os dados foram coletados de fontes secundárias, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outras pesquisas acadêmicas.

No Brasil, o financiamento educacional varia significativamente entre as regiões, refletindo as disparidades econômicas. Estados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, possuem mais recursos para investir em infraestrutura escolar e salários de professores, enquanto estados mais pobres, como Maranhão e Piauí, enfrentam dificuldades para manter escolas adequadas e atrair profissionais qualificados. A diferença no financiamento resulta em uma qualidade desigual de ensino. Escolas em áreas mais ricas geralmente possuem melhores instalações, materiais didáticos modernos e professores mais bem preparados. Em contraste, escolas em regiões mais pobres frequentemente enfrentam falta de recursos básicos, o que impacta negativamente o aprendizado dos alunos.

A desigualdade socioeconômica cria barreiras significativas para o acesso à educação. Famílias de baixa renda muitas vezes não conseguem arcar com os custos associados à educação, como transporte, material escolar e uniformes, o que pode levar ao abandono escolar. Programas governamentais como o Bolsa Família e as bolsas de estudo em universidades públicas visam mitigar essas barreiras. No entanto, a eficácia desses programas é limitada e não alcança todos os estudantes necessitados, perpetuando a desigualdade de acesso. Estudos mostram que estudantes negros e pardos, em média, apresentam desempenho acadêmico inferior ao de estudantes brancos. Essa disparidade pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo discriminação racial, menor acesso a recursos educacionais de qualidade e contextos socioeconômicos desfavoráveis.

As políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais em universidades públicas, têm sido implementadas para tentar reduzir essas disparidades. Embora essas políticas tenham proporcionado maior acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a verdadeira igualdade racial na educação.

Impregnada como estava de matizes racistas, essa política resultou não apenas na marginalização de negros e mulatos no Sudeste, mas também reforçou o padrão de distribuição regional de brancos e não-brancos que se desenvolvera durante o regime escravista. Como consequência, uma maioria de população não-branca permaneceu fora do Sudeste, na região economicamente mais atrasada do país, onde as oportunidades educacionais e ocupacionais eram muito limitadas (HASENBALG, 1979, p. 167).

O governo brasileiro tem implementado diversos programas voltados para a alfabetização e a melhoria da educação básica, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Esses programas têm mostrado alguns resultados positivos, mas a sustentabilidade e a abrangência das iniciativas ainda são desafios significativos. A expansão da educação profissional e técnica é uma estratégia crucial para oferecer oportunidades de emprego e reduzir a desigualdade. Programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) visam capacitar jovens e adultos para o mercado de trabalho, mas enfrentam desafios em termos de financiamento e alcance.

A educação no Brasil enfrenta uma série de desafios decorrentes das desigualdades sociais. Embora existam esforços significativos para melhorar o acesso e a qualidade da educação, as disparidades regionais, socioeconômicas e raciais continuam a ser barreiras significativas. Políticas educacionais precisam ser mais inclusivas e direcionadas para atender às necessidades dos grupos mais vulneráveis. A reprodução das desigualdades não é apenas um fenômeno individual, mas um processo social complexo, enraizado nas estruturas e práticas do sistema educacional (BOURDIEU e PASSERON, 2008). Para que a educação possa cumprir seu papel de promover a igualdade social no Brasil, é fundamental abordar as desigualdades subjacentes que afetam o sistema educacional. Investimentos em infraestrutura, formação de professores, programas de assistência e políticas de ação afirmativa são essenciais para criar um ambiente educacional mais equitativo. Somente através de um esforço coordenado e abrangente será possível reduzir as disparidades e promover uma sociedade mais justa.

CAPÍTULO II – DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E ACESSO À EDUCAÇÃO

A desigualdade socioeconômica é uma característica marcante da sociedade brasileira e tem um impacto profundo no acesso à educação. A distribuição desigual de renda e recursos influencia diretamente as oportunidades educacionais disponíveis para diferentes segmentos da população. Neste contexto, é fundamental analisar como as barreiras econômicas e as políticas de

assistência afetam o acesso à educação, perpetuando ou mitigando as desigualdades existentes. As barreiras econômicas são um dos principais obstáculos ao acesso à educação de qualidade no Brasil. Famílias de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades para arcar com os custos diretos e indiretos associados à educação, tais como transporte, material escolar, uniformes e alimentação. Essas despesas adicionais podem ser proibitivas, especialmente para aquelas que já vivem em condições financeiras precárias.

Sim, no Brasil, como em muitos outros países, a coleta periódica de dados sobre o mercado de trabalho é fundamental para entender a dinâmica econômica e social. Além disso, a relação entre mercado de trabalho e educação é de extrema importância, pois afeta diretamente o nível de emprego, renda e desenvolvimento humano. Existem várias razões pelas quais as disparidades educacionais persistem. Por exemplo, “o acesso desigual à educação de qualidade, recursos inadequados nas escolas localizadas em áreas de baixa renda, falta de apoio financeiro para estudantes de famílias carentes e barreiras socioeconômicas e culturais que impedem o pleno desenvolvimento educacional.” (KREZZIGER e SOARES, 2020)

As pesquisas de mercado de trabalho no Brasil geralmente incluem informações sobre o nível de emprego formal e informal, taxas de desemprego, salários, condições de trabalho e outras variáveis relevantes. Esses dados são utilizados pelo governo, empresas, organizações da sociedade civil e acadêmicos para analisar as tendências do mercado de trabalho, identificar desafios e desenvolver políticas públicas e estratégias educacionais adequadas.

A relação entre mercado de trabalho e educação é complexa e multifacetada. Por um lado, a educação desempenha um papel fundamental na formação de habilidades e competências necessárias para o mercado de trabalho. Investimentos em educação de qualidade podem melhorar a empregabilidade e aumentar os salários dos trabalhadores. Por outro lado, as condições do mercado de trabalho também podem influenciar o acesso à educação e o sucesso acadêmico dos indivíduos. Portanto, para Jannuzzi, (2001), compreender a interação entre mercado de trabalho e educação é essencial para promover o crescimento econômico inclusivo, reduzir as desigualdades sociais e garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos brasileiros.

A necessidade de prover informações para que o governo, agentes privados e sociedade civil pudessem monitorar *pari passu* a conjuntura macroeconômica do país e suas regiões e, mais especificamente, acompanhar as dimensões do nível de emprego e renda, diversos países implantaram na segunda metade do século XX, pesquisas periódicas de levantamento de informações sobre o mercado de trabalho. (JANNUZZI, p.48, 2001)

Além disso, crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza muitas vezes precisam contribuir para a renda familiar, seja através do trabalho infantil ou de outras atividades informais. Essa necessidade de trabalhar impede que muitos jovens frequentem a escola regularmente, levando a altos índices de evasão escolar e, conseqüentemente, à perpetuação do

ciclo de pobreza.

O Brasil possui dimensões continentais, uma população de cultura vasta e diversificada e a prerrogativa da democratização para a escolha de governos e até de políticas públicas. Entretanto, a educação escolar segue desigual e em segundo plano, apesar de ser um direito constitucional público e subjetivo. (VENDRAMI v. 4, p. 390–398, 2021).

A desigualdade socioeconômica também afeta a qualidade do ensino oferecido às diferentes camadas da população. Escolas públicas em áreas de baixa renda frequentemente sofrem com a falta de recursos básicos, como livros didáticos atualizados, infraestrutura adequada e professores qualificados. Em contraste, escolas em áreas mais ricas, muitas vezes privadas, têm acesso a melhores recursos e oferecem um ambiente educacional mais propício ao aprendizado.

Essa disparidade na qualidade do ensino contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, já que estudantes de escolas públicas em áreas carentes têm menos oportunidades de obter uma educação de qualidade, o que limita suas chances de ingressar no ensino superior e, posteriormente, no mercado de trabalho qualificado.

Para mitigar as barreiras econômicas ao acesso à educação, o governo brasileiro implementou diversos programas de assistência e bolsas de estudo. Um dos mais conhecidos é o Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicionada que oferece suporte financeiro a famílias de baixa renda, desde que mantenham seus filhos na escola e cumpram com outros requisitos de saúde e educação.

Nesse contexto, pode-se dizer que a educação

[...] é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno (DOURADO et al., 2016).

Outro programa importante é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda que tenham obtido bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) também oferece empréstimos a juros baixos para estudantes cursarem o ensino superior em instituições privadas.

Embora esses programas tenham contribuído para aumentar o acesso à educação para grupos desfavorecidos, sua eficácia é limitada. Muitas vezes, os benefícios não alcançam todos os

que necessitam, e a qualidade da educação básica nas escolas públicas ainda é um desafio significativo. Além disso, os recursos destinados a esses programas são frequentemente insuficientes para atender à demanda, e há relatos de fraudes e má gestão que comprometem a eficiência das iniciativas.

As políticas de ação afirmativa, como as cotas sociais e raciais nas universidades públicas, também desempenham um papel crucial na tentativa de reduzir a desigualdade educacional. Essas políticas visam garantir que estudantes de grupos historicamente marginalizados, incluindo aqueles de baixa renda, tenham acesso ao ensino superior. Vislumbrando essa perspectiva, Barros et al (2006), afirma que,

A queda recente na desigualdade de renda é importante por várias razões. Entre elas, destacamos duas. A primeira está na simples promoção da igualdade de condições. Na medida em que o ambiente familiar é muito importante para determinar o desempenho de crianças e jovens na escola ou no mercado de trabalho, uma equidade de renda maior melhora as condições dos mais pobres para competirem com os demais grupos. (BARROS et al, 2006)

As cotas sociais, em particular, reservam um percentual das vagas em universidades públicas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas e que pertencem a famílias de baixa renda. Esta política tem como objetivo corrigir a desigualdade de oportunidades educacionais, proporcionando uma chance de ascensão social para aqueles que, de outra forma, seriam excluídos do sistema de ensino superior.

Apesar dos avanços, muitos desafios permanecem. A implementação de políticas de assistência e ação afirmativa deve ser acompanhada de investimentos substanciais na qualidade da educação básica, especialmente nas áreas mais carentes. Sem uma base sólida de ensino fundamental e médio, os estudantes de baixa renda continuarão a enfrentar dificuldades no ensino superior e no mercado de trabalho. (BARROS *et al*, 2006) Estimativas da desigualdade de renda no Brasil mostram um declínio acentuado desde 2001. A disponibilidade de informações sobre a desigualdade de renda no país para os últimos 30 anos permite que analisemos não só a magnitude da queda recente observada, mas também em que medida essa redução na desigualdade foi a mais persistente nesse período.

Além disso, é crucial fortalecer os mecanismos de fiscalização e transparência na gestão dos programas de assistência para garantir que os recursos sejam efetivamente direcionados aos mais necessitados. A colaboração entre governo, sociedade civil e iniciativa privada pode potencializar os esforços para reduzir a desigualdade educacional e promover um acesso mais equitativo à educação de qualidade.

A desigualdade socioeconômica tem um impacto significativo no acesso à educação no Brasil, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Embora programas de assistência e políticas de ação afirmativa tenham contribuído para mitigar essas desigualdades, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade. Investimentos contínuos na infraestrutura educacional, na formação de professores e na gestão eficiente dos recursos são essenciais para promover a equidade e a justiça social através da educação.

As políticas de ação afirmativa têm sido um tema central nas discussões sobre igualdade e justiça social no Brasil. Essas políticas visam corrigir as desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados, oferecendo-lhes oportunidades educacionais e profissionais que de outra forma seriam inacessíveis. No contexto educacional, as ações afirmativas têm como objetivo principal garantir o acesso de estudantes de baixa renda, negros, pardos e indígenas ao ensino superior, promovendo assim uma maior inclusão social. Portanto, Krenziger e Soares, (2020) para abordar efetivamente as disparidades educacionais e suas ramificações na desigualdade de renda e social, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas, investimentos em educação de qualidade em todos os níveis, programas de apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade e medidas para promover a igualdade de oportunidades.

A relação entre educação e desigualdade social é um tema central nas discussões sobre desenvolvimento e justiça social no Brasil. Enquanto a educação é frequentemente vista como um meio de ascensão social e redução das desigualdades, a realidade brasileira revela um cenário complexo, no qual a estrutura educacional muitas vezes reflete e perpetua as disparidades socioeconômicas existentes. Este estudo tem como objetivo analisar as influências recíprocas entre educação e desigualdade social no Brasil, explorando como fatores socioeconômicos afetam o acesso, a qualidade e os resultados educacionais, e como, por sua vez, o sistema educacional influencia a distribuição de oportunidades e recursos na sociedade.

A desigualdade social no Brasil se reflete no acesso desigual à educação. Famílias de baixa renda enfrentam diversas barreiras econômicas que dificultam o acesso de seus filhos à educação de qualidade, incluindo a falta de recursos para custear materiais escolares, transporte e alimentação. Essas barreiras muitas vezes resultam em altas taxas de evasão escolar entre as camadas mais pobres da população. Além do acesso desigual, a qualidade do ensino também varia significativamente de acordo com o contexto socioeconômico dos alunos. Escolas localizadas em áreas mais pobres tendem a enfrentar carências estruturais, como infraestrutura precária, falta de materiais didáticos e baixa remuneração e formação dos professores. Isso impacta diretamente o aprendizado dos estudantes e perpetua o ciclo de desigualdade social.

Mas é quase consensual considerar a educação um dos maiores canais de mobilidade social já que há, estatisticamente, correlações significativas entre os níveis de educação e

as remunerações que as pessoas podem alcançar. O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social, embora, a realidade empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser, efetivamente, este vetor de mudança e melhoria. (CASTRO, p.243, 2009).

No contexto apresentado, a abordagem das desigualdades seria percebida como uma prioridade nacional, com a crença de que apenas um país predominantemente branco seria capaz de alcançar os ideais do liberalismo e do progresso. Jaccoud (2008), demonstra que as disparidades entre as raças seriam consideradas inerentes às suas distintas características, influenciando as capacidades individuais e afetando o cenário político e social, onde a participação dos negros seria vista com restrições.

O enfrentamento dessas desigualdades seria, entretanto, identificado como uma exigência nacional, na medida em que somente um país branco seria capaz de realizar os ideais do liberalismo e do progresso. De fato, as desigualdades entre raças, agora interpretadas como intrínsecas às suas diferentes naturezas, determinariam as potencialidades individuais e resvalariam para o cenário político e social onde a capacidade de participação dos negros não poderia ser entendida a não ser com restrições. (JACCOUD, 2008)

Apesar dos desafios, a educação ainda é vista como um dos principais meios de ascensão social no Brasil. Estudos mostram que indivíduos com maior nível de escolaridade têm mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e tendem a receber salários mais altos ao longo de suas carreiras. No entanto, as desigualdades no sistema educacional podem limitar o potencial de mobilidade social, especialmente para aqueles que não têm acesso a uma educação de qualidade desde cedo. Ao mesmo tempo, a estrutura educacional existente pode perpetuar as desigualdades sociais ao favorecer grupos privilegiados. Escolas de elite e universidades públicas de prestígio tendem a atrair estudantes das classes sociais mais altas, enquanto as camadas mais pobres da população frequentemente têm acesso apenas a instituições de ensino de qualidade inferior. Isso cria um ciclo de reprodução das desigualdades, no qual as oportunidades educacionais são distribuídas de forma desigual, refletindo e reforçando as disparidades sociais.

Diante desse cenário, políticas educacionais que visam reduzir as desigualdades sociais são essenciais. Investimentos em educação infantil, ensino fundamental e médio, além de programas de apoio financeiro e assistência estudantil, são fundamentais para garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica.

Além disso, medidas que promovam a equidade no acesso ao ensino superior, como cotas sociais e raciais e programas de inclusão e permanência estudantil, são importantes para garantir que grupos historicamente marginalizados tenham a oportunidade de ingressar e concluir o ensino superior. Essas políticas não apenas combatem as desigualdades de acesso, mas também enriquecem o ambiente acadêmico ao trazer diferentes perspectivas e experiências para as instituições de ensino superior. A reprodução das desigualdades não é apenas um fenômeno individual, mas um processo social complexo, enraizado nas estruturas e práticas do sistema educacional. (BOURDIEU e PASSERON, 2008).

A relação entre educação e desigualdade social no Brasil é complexa e multifacetada. Enquanto a educação é vista como um meio de promover a igualdade e a mobilidade social, as desigualdades socioeconômicas existentes muitas vezes limitam o acesso e a qualidade da educação para as camadas mais pobres da população. Ao mesmo tempo, o sistema educacional pode perpetuar as desigualdades ao favorecer grupos privilegiados. Para enfrentar esse desafio, é fundamental adotar políticas educacionais que promovam a equidade, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos tenham a oportunidade de realizar seu pleno potencial através da educação.

CAPÍTULO III – HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

A implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil começou a ganhar força no início dos anos 2000, com a introdução de cotas raciais e sociais em universidades públicas. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) foi um marco significativo, determinando que 50% das vagas nas instituições federais de ensino superior sejam reservadas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, com subcotas para negros, pardos, indígenas e pessoas de baixa renda.

As políticas de ação afirmativa têm como principais objetivos, garantir que estudantes de grupos historicamente desfavorecidos tenham acesso ao ensino superior. Reconhecer e tentar mitigar os efeitos das discriminações passadas que resultaram em disparidades significativas em termos de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Enriquecer o ambiente educacional com a presença de estudantes de diferentes origens sociais e raciais, promovendo uma educação mais inclusiva e diversa. Oferecer a oportunidade de ascensão social para aqueles que, de outra forma, seriam excluídos das esferas de educação superior e das carreiras profissionais de alto nível.

Se o fenômeno da massificação escolar atingiu em cheio a instituição escolar, seus usuários (famílias e alunos) não deixam de sofrer também um grande impacto. Como se sabe, o cenário de reestruturação econômica resultante da globalização engendrou riscos e fortes incertezas no que concerne ao mercado de trabalho, principalmente a instabilidade e a vulnerabilidade da oferta de emprego qualificado, colocando, para os indivíduos, grandes desafios em relação à empregabilidade (NOGUEIRA, p. 9, 2021).

Corroborando com Nogueira (2021), pode-se afirmar que as políticas de ação afirmativa têm mostrado resultados positivos significativos. Estudos indicam que a presença de estudantes cotistas nas universidades brasileiras aumentou a diversidade racial e socioeconômica nas instituições de ensino superior. Além disso, pesquisas sugerem que os alunos beneficiados pelas cotas conseguem acompanhar o ritmo acadêmico dos não cotistas, refutando argumentos que questionam a capacidade desses estudantes.

Essas políticas também têm impactos positivos fora do ambiente acadêmico. A inclusão de estudantes de grupos marginalizados no ensino superior contribui para a formação de uma elite intelectual mais diversa e representa um passo importante para a redução das desigualdades sociais no país.

Apesar dos avanços, as políticas de ação afirmativa enfrentam diversos desafios e críticas. Um dos principais desafios é garantir que os beneficiários das cotas tenham suporte adequado para permanecer e ter sucesso na universidade. Isso inclui assistência financeira, programas de tutoria e apoio psicológico. Críticos das políticas de ação afirmativa argumentam que elas podem criar divisões sociais e estigmatizar os beneficiários. Há também preocupações sobre a meritocracia e a ideia de que as vagas deveriam ser ocupadas apenas com base no desempenho acadêmico. No entanto, defensores das ações afirmativas destacam que a meritocracia só pode ser justa se todos tiverem as mesmas oportunidades desde o início, o que não é o caso devido às profundas desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Exemplos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil

1. Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012): Como mencionado, esta lei exige que as instituições federais de ensino superior reservem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, com subcotas para negros, pardos, indígenas e pessoas de baixa renda.
2. Programa Universidade para Todos (ProUni): Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda com bom desempenho no ENEM.
3. Sistema de Seleção Unificada (Sisu): Permite que estudantes de todo o país concorram a vagas em instituições públicas de ensino superior, muitas das quais reservam vagas para estudantes de escolas públicas e para aqueles que se enquadram nas cotas raciais e socioeconômicas.

Os impactos a longo prazo das políticas de ação afirmativa podem ser profundos. Ao promover a inclusão e a diversidade no ensino superior, essas políticas ajudam a formar uma geração de profissionais mais representativa da diversidade brasileira. Isso pode levar a mudanças significativas na estrutura social e econômica do país, promovendo maior igualdade e justiça social.

As políticas de ação afirmativa são essenciais para enfrentar as desigualdades históricas e estruturais no Brasil. Embora enfrentem desafios e críticas, os benefícios em termos de promoção da igualdade de oportunidades e da diversidade são claros. Para maximizar o impacto dessas

políticas, é crucial que sejam acompanhadas por medidas de suporte contínuo aos estudantes beneficiados, garantindo que possam não apenas acessar, mas também concluir com sucesso o ensino superior. Ao fazê-lo, o Brasil pode dar passos importantes rumo a uma sociedade mais justa e equitativa.

O Brasil tem uma história marcada por lutas e avanços significativos na busca pela promoção da igualdade e justiça social. Ao longo das décadas, diversas medidas foram implementadas para combater as desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos marginalizados, especialmente negros, pardos, indígenas e pessoas de baixa renda. Este texto examinará o histórico dessas políticas no país, destacando marcos importantes e sua evolução ao longo do tempo, principalmente as lutas do movimento negro e de outros grupos sociais marginalizados por igualdade de direitos e oportunidades. Durante séculos, esses grupos enfrentaram discriminação sistemática e exclusão social em diversas esferas da vida, incluindo educação, emprego e acesso aos serviços públicos.

A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes. A despeito de alguns pontos comuns, no diagnóstico ou na explicação, às vezes são mesmo opostas. Uma interpretação considera essa questão como algo disfuncional, anacrônico, retratado, em face do que é a modernização alcançada em outras esferas da sociedade, como na economia e organização do poder estatal. Falam em arcaico e moderno, dualismos, dois brasis. Outros encaram as suas manifestações como ameaça à ordem social vigente; à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social. Falam em multidão, violência, caos, subversão. E há os que a focalizam como um produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais. Naturalmente podem apresentar-se outras interpretações. Mas essas oferecem uma ideia da importância do tema. Mostram como a questão social está na base dos movimentos da sociedade. (IANNI, 1989).

No entanto, foi apenas a partir do final do século XX e início do século XXI que as políticas de ação afirmativa começaram a ganhar destaque no país, impulsionadas por pressões sociais, mobilizações políticas e avanços legislativos. Reconhecer essa dinâmica é o primeiro passo para lidar com ela. É crucial questionar e desconstruir os mitos de uma suposta harmonia racial, confrontar os preconceitos arraigados e trabalhar para criar sociedades verdadeiramente igualitárias e inclusivas, onde as diferenças não são apenas toleradas, mas valorizadas. Isso exige um esforço contínuo em termos de educação, políticas públicas e mudança cultural. (GUIMARÃES, 1998)

Um marco importante no histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil foi a aprovação da Lei de Cotas, também conhecida como Lei de Cotas Sociais e Raciais, citada anteriormente, estabelece que uma parte dessas vagas reservadas deve ser destinada a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção igual à sua representação na população do estado onde está localizada a instituição de ensino.

Após a aprovação da Lei de Cotas, as universidades e instituições de ensino técnico federais passaram a implementar gradualmente as cotas sociais e raciais em seus processos seletivos. Essa implementação não foi isenta de controvérsias e debates, com críticas e defesas em relação aos impactos e à eficácia das políticas de ação afirmativa. Com o passar dos anos, as cotas se consolidaram como uma ferramenta importante na promoção da inclusão e diversidade no ensino superior brasileiro. Além das cotas nas universidades federais, diversos estados e municípios também implementaram políticas semelhantes em suas instituições de ensino superior e técnico.

Além do ensino superior, as políticas de ação afirmativa se expandiram para outras áreas, como o mercado de trabalho e os concursos públicos. Muitas empresas e órgãos públicos passaram a adotar medidas de inclusão e diversidade, incluindo programas de contratação de pessoas negras, pardas, indígenas e com deficiência. Apesar dos avanços, as políticas de ação afirmativa no Brasil ainda enfrentam desafios e críticas. Algumas das principais críticas incluem argumentos sobre suposta “inversão de valores” e “discriminação reversa”, além de questionamentos sobre a eficácia das cotas como medida de combate às desigualdades. Além disso, há desafios práticos relacionados à implementação e fiscalização das cotas, bem como à garantia de suporte adequado aos estudantes beneficiados para que possam permanecer e ter sucesso no ensino superior.

O histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil reflete a luta contínua por igualdade e justiça social no país. Apesar das críticas e desafios, as cotas sociais e raciais representam um avanço significativo na promoção da inclusão e diversidade no ensino superior e em outras esferas da sociedade brasileira. No entanto, é fundamental continuar a aprimorar essas políticas, garantindo que sejam eficazes na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos. Isso requer um compromisso contínuo com a avaliação e ajuste das políticas existentes, bem como a implementação de novas estratégias que abordem as causas subjacentes das desigualdades sociais. A ideia de uma democracia racial, apresentada por Guimarães (1998), é especialmente intrigante, pois, embora muitas vezes nos retratemos como sociedades igualitárias e inclusivas, as disparidades raciais persistem em várias áreas, como emprego, educação, saúde e justiça. Nesse sentido, dispõe que,

A categoria “raça” tem uma presença oblíqua no nosso imaginário social. Porque nos imaginamos como não sendo racistas e como nós construímos como nação ao redor do mito de uma democracia racial, esta tem sido uma categoria constitutiva, ainda que pela negação, do nosso discurso identitário. Passando brevemente pela questão, verificaremos que a nossa representação imaginada acerca do sistema brasileiro de relações raciais busca seus elementos de juízo principais no que foi insistentemente figurado como aspectos distintivos da nossa experiência colonial. Em primeiro lugar, nos primórdios da colonização, os colonizadores portugueses (diferentemente da experiência anglo-americana) não se instalaram no Brasil juntamente com as suas famílias, mas em grupos de homens solteiros. (GUIMARÃES, p. 22, 1998)

Um aspecto crucial desse processo de aprimoramento é a coleta e análise de dados para avaliar o impacto das políticas educacionais na redução das disparidades sociais. É necessário monitorar de perto os indicadores de acesso, participação, desempenho e conclusão educacional de diferentes grupos sociais, a fim de identificar áreas onde as políticas estão funcionando bem e onde há espaço para melhorias.

Além disso, é importante envolver as partes interessadas relevantes, incluindo educadores, estudantes, pais, comunidades locais e especialistas em políticas públicas, no processo de formulação e implementação de políticas. A participação ativa desses grupos pode garantir que as políticas sejam sensíveis às necessidades e realidades específicas de cada contexto, tornando-as mais eficazes e aceitáveis para todos os envolvidos. Para Schwartzman e Reis (2005), é crucial combater as discriminações sociais dentro do sistema educacional, garantindo que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica, de gênero ou outras características pessoais. Isso pode envolver a implementação de políticas antidiscriminação, treinamento para professores e funcionários escolares sobre diversidade e inclusão, e promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa.

Mesmo com as limitações de recursos existentes, deve haver espaço para políticas mais efetivas, sem aumentos mais significativos de custos; segundo os programas podem ser mais bem focalizados, atendendo prioritariamente aos mais necessitados; terceiro, discriminações sociais, quando existem, podem ser reduzidas ou eliminadas; quarto, deve haver espaço para políticas redistributivas, dentro de certos limites. (SCHWARTZMAN E REIS, 2005)

Outro aspecto fundamental é o investimento adequado em recursos educacionais, incluindo infraestrutura escolar, materiais didáticos, formação de professores e programas de suporte aos estudantes. Sem recursos adequados, mesmo as melhores políticas podem enfrentar obstáculos significativos em sua implementação e impacto. É importante abordar as desigualdades estruturais fora do sistema educacional que também contribuem para as disparidades sociais, como acesso desigual a serviços de saúde, habitação, transporte e emprego. Políticas integradas que abordem essas questões de forma holística podem ter um impacto mais amplo na promoção da justiça social e equidade.

Ainda em torno da função protetiva da escola, Krenzinger e Soares (p. 22, 2020) enumeram alguns fatores que favorecem a condição de vulnerabilidade social vivenciada por grande parte das crianças e jovens brasileiros, mencionando, entre eles, a evasão escolar, que acaba por acentuar as desigualdades sociais.

A ausência de vínculo com a escola tende a ser apenas um elemento entre outros, embora, chave na constelação de fenômenos desafiadores que vulnerabilizam crianças e adolescentes, expondo-os aos circuitos da violência, às dinâmicas estigmatizantes e a processos institucionais de criminalização, que reproduzem e aprofundam o racismo estrutural e as desigualdades. (KREZZINGER e SOARES, p.22, 2020)

Em suma, o aprimoramento das políticas educacionais no Brasil deve ser uma prioridade contínua para todos os níveis de governo e para a sociedade como um todo. Somente através de um compromisso renovado com a igualdade de oportunidades e a justiça social será possível construir um sistema educacional que verdadeiramente promova uma sociedade mais justa e equitativa para todos os seus cidadãos.

CONCLUSÃO

O estudo das influências recíprocas entre educação e desigualdade social no Brasil revela um cenário complexo e multifacetado. A educação, historicamente, tem sido reconhecida como uma poderosa ferramenta de mobilidade social, capaz de romper barreiras e proporcionar oportunidades para todos os cidadãos. No entanto, a desigualdade socioeconômica tem sido um obstáculo significativo para o acesso equitativo à educação e para a realização do seu potencial transformador.

O primeiro capítulo destacou o papel fundamental da educação na promoção da mobilidade social, evidenciando como o acesso a uma educação de qualidade pode capacitar indivíduos a alcançar melhores condições de vida e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. O segundo capítulo explorou as profundas disparidades socioeconômicas que afetam o acesso à educação no Brasil, revelando as barreiras enfrentadas por grupos marginalizados e economicamente desfavorecidos.

O terceiro capítulo analisou o histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil, destacando os esforços para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades por meio de medidas específicas voltadas para grupos historicamente discriminados. Essas políticas têm desempenhado um papel importante na ampliação do acesso à educação e na promoção da diversidade e da equidade nas instituições educacionais.

Em síntese, ao longo deste estudo, explorou as complexas interações entre educação e desigualdade social no contexto brasileiro. Ficou evidente que a educação desempenha um papel central na busca pela redução das disparidades socioeconômicas, representando uma poderosa ferramenta de mobilidade social e de promoção da igualdade de oportunidades.

Contudo, também se observa os desafios significativos que persistem no que diz respeito ao acesso equitativo à educação, especialmente para grupos historicamente marginalizados. A desigualdade socioeconômica continua a ser um obstáculo importante, impedindo o pleno desenvolvimento do potencial humano e minando os esforços para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse contexto, políticas públicas eficazes desempenham um papel crucial. O histórico das políticas de ação afirmativa no Brasil demonstra que medidas específicas podem ser adotadas para promover a inclusão social e ampliar o acesso à educação para todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Portanto, urge o fortalecimento contínuo de iniciativas que visem a democratização do acesso à educação e a promoção da igualdade de oportunidades no Brasil. Investimentos em educação de qualidade, aliados a políticas afirmativas bem planejadas e implementadas, são essenciais para enfrentar os desafios da desigualdade social e construir um futuro mais justo e próspero para todos os brasileiros. Parte superior do formulário Parte inferior do formulário

Em conclusão, a relação entre educação e desigualdade social é intrínseca e complexa, mas também oferece oportunidades significativas para a transformação social. Investir na educação de qualidade para todos os brasileiros, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade, é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera. É imperativo que as políticas públicas continuem a priorizar a educação como um instrumento fundamental na luta contra a desigualdade e na promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil. Parte superior do formulário Parte inferior do formulário

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira.** *Econômica* (Niterói), v. 8, p. 117–147, 2006. (in Portuguese).

BOURDIEU, P., PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, (2008).

CASTRO, A. T. B. de. **Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas.** In: BOSCHETTI, I. (Organizadoras). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.* 2ª. ed. São Paulo: p.242-259, 2009.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>, acesso em 05 de junho de 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, (1996).

GUIMARÃES, N. A. **Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar.** *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em*

Salvador / Nadya Araujo Castro e Vanda Sá Barreto, [organizadoras], – São Paulo: Annablume, A Cor da Bahia, 1ª ed. P. 22. 1998.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais, Série Sociologia, v. 10).

HASENBALG, C., VALLE SILVA, N. **Educação e Desigualdade no Brasil**. In M. C. P. SILVA, H. M. L. Almeida (Eds.), *Educação e Desigualdade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, (2003).

IANNI, O. **A questão social**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989. [Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490](https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490). Acesso em: 6 junho 2024, às 21:50.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). “Desigualdade e Concentração de Renda no Brasil.”

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório Anual da Educação Básica, 2023.

JACCOUD, L. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In. Theodoro, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. 176 p.: gráfs., tabs.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 6 ed. p. 48 Campinas: Alínea, (2001).

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. J. **Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio De Janeiro**. Educação & Sociedade, vol. 34, núm. 125, outubro-diciembre, 2013, pp. 1175-1202 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.

KRENZIGER, M.; SOARES, L. Ed. **Evasão escolar, violência e políticas intersetoriais. O Social em questão**. n. 46, p. 21-46, jan.-abr. 2020.

LINS, B. E.; ANDRADE, J. P. 2005. [Educação, Crescimento Econômico E Distribuição De Renda: Por Que A Elite Se Apropria Do Conhecimento? Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia](#) 058, ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.

Ministério da Educação (MEC). Programas e Políticas de Educação Básica no Brasil, 2023.

NOGUEIRA, M. A. **O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas**. Cadernos de Pesquisa, Belo Horizonte, v. 51, p. 1-13, 2021.

Observatório da Educação, Ensino Médio e Gestão. Instituto Unibanco. **Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil**. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil?gad_source=

[1&gclid=CjwKCAjwmYCzBhA6EiwAxFwfgNjiBAdulX6iNxqEZayy6jEjpCdHLJhvgZGOBPTgOzb9IU6e9t4dsxoCmXgQAvD_BwE](https://www.google.com/search?q=&rlz=CjwKCAjwmYCzBhA6EiwAxFwfgNjiBAdulX6iNxqEZayy6jEjpCdHLJhvgZGOBPTgOzb9IU6e9t4dsxoCmXgQAvD_BwE). Acessado em 05 de maio de 2024, às 16:46.

SCHWARTZMAN, S., REIS, E. **Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos**. São Paulo: Anablume, (2005).

VENDRAMI, L.; OLIVEIRA, F.; TYEKO ANAMI, K. **A desigualdade social e a educação no Brasil: uma revisão de literatura**. Metodologias e Aprendizado, [S. l.], v. 4, p. 390–398, 2021.